



Os arquivos do Serviço Nacional de Informações (PR) sobre a esquerda católica no interior paranaense (1975-1985)

The archives of the National Information Service (PR) on the Catholic left in the interior of Paraná (1975-1985)

Fábio Lanza *

Otávio Paes Ramiro **

Resumo

O presente artigo trata da esquerda católica paranaense a partir do arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI-PR), da agência de Curitiba. O objetivo geral foi compreender criticamente, servindo-se da perspectiva de Otto Maduro, as expressões político-ideológicas descritas, anexadas e julgadas nos relatórios dos agentes do SNI-PR sobre a esquerda católica do interior do Paraná, no período de abertura política da ditadura militar. Por meio da pesquisa documental qualitativa de tipo exploratória, composta pelos diferentes registros dos agentes do SNI-PR, foram identificadas as ações de religiosos do interior do Paraná que se constituíram alvo de vigilância e perseguição pelo aparato estatal da ditadura militar no período de abertura política. Destaca-se a importância de estudos sobre a esquerda católica sob a vigilância e o silenciamento nas regiões interioranas, evidenciando que o alcance do aparato estatal repressivo da ditadura não se limitou às regiões metropolitanas ou com maior densidade populacional. Ainda, o acesso aos arquivos inéditos permitiu tratar o tema vinculado ao campo religioso como um produto da dinâmica dos conflitos sociais na sociedade brasileira, com a ação religiosa limitada e orientada por tais conflitos, mas possuindo autonomia relativa sobre estes.

Palavras-chave: Esquerda Católica. Igreja Católica. Ditadura Militar. Serviço Nacional de Informações.

Abstract

This article deals with the catholic left in Paraná based on the document archive of the Serviço Nacional de Informações (SNI-PR), from the Curitiba agency. The main objective was to critically understand, using Otto Maduro's perspective, the political-ideological expressions described, attached, and judged in the reports of SNI-PR agents on the catholic left in the hinterland of Paraná, in the period of political opening of the dictatorship military. Through exploratory qualitative documentary research, comprising the various records of SNI-PR agents, we identified the actions of religious people in the interior of Paraná who were the target of surveillance and persecution by the military dictatorship's state apparatus during the period of political openness. The importance of studies on the catholic left under surveillance and silencing in inland regions is highlighted, showing that the reach of the dictatorship's repressive state apparatus was not limited to metropolitan regions or those with a higher population density. In addition, access to unpublished archives made it possible to address the issue of the religious field as a product of the dynamics of social conflicts in Brazilian society, with religious action limited and guided by these conflicts, but possessing relative autonomy over them.

Keywords: Catholic left. Catholic church. Military dictatorship. Serviço Nacional de Informações.

Artigo submetido em 30 de março de 2024 e aprovado em 30 de setembro de 2024.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em História pela Faculdade de História Direito e Serviço Social Campus da UNESP de Franca. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0003-2807-9075. E-mail: lanza@uel.br.

** Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. País de origem: Brasil. ORCID: 0009-0004-2022-3372. E-mail: otavio.paesramiro@uel.br.

Introdução¹

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, houve a disponibilização de grande quantidade de documentos para consulta pública em formato digital acerca do golpe militar de 1964 e a ditadura militar brasileira (1964-1985). No entanto, a produção acadêmica das Ciências Humanas, Sociais, das Religiões e da Teologia ainda é muito restrita ou quase inexistente. É um desafio para os diferentes campos do conhecimento fomentar, subsidiar e produzir novas análises decorrentes das investigações em arquivos inéditos, tais como: arquivo de matérias censuradas do semanário católico *O São Paulo*; arquivos desclassificados da CIA e do Departamento de Estado (USA) e do Arquivo do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de vigilância e investigação que colaborou com o silenciamento das pessoas, civis e religiosas, que contestavam o *status quo*.

O presente trabalho sobre a esquerda católica paranaense tem como fonte de análise o Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI-PR), da agência de Curitiba, composto pelos diferentes registros das ações nos estados do Paraná e Santa Catarina. Após 60 anos do golpe militar de 1964, é preciso apontar para a importância de estudos sobre as ações de vigilância, investigação e silenciamento nas regiões interioranas, pois o raio de alcance do aparato estatal repressivo da ditadura não se limitou às regiões metropolitanas do Litoral ou às cidades com alta concentração populacional, bem como apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade brasileira novas possibilidades de pesquisa a partir da fonte do SNI.

O arquivo do SNI-PR possui cerca de sete mil documentos digitalizados, os quais, até o presente momento, estão catalogados, com acesso público, no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL), no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH-UDESC) e no Arquivo Nacional (AN) do Rio de Janeiro. No NDPH e no IDCH a consulta é

¹ A produção a seguir está vinculada ao trabalho em equipe do projeto de pesquisa OS DOCUMENTOS INÉDITOS DOS ARQUIVOS DO SNI (PARANÁ-BR), DO PROJETO OPENING THE ARCHIVES E DA CIA (EUA), que contou com o fomento do CNPq e da Fundação Araucária (PR).

de forma presencial, e no AN é via sistema eletrônico².

Nesse sentido, a fim de viabilizar a apresentação e discussão de dados inéditos, foram selecionados de forma intencional dez (10) documentos contendo, ao todo, noventa e oito (98) laudas, cobrindo o escopo temático da presente pesquisa: as expressões político-ideológica da esquerda católica, sejam clérigos ou leigos, do interior do Paraná³, no período de abertura política da ditadura militar (1975-85), segundo a ótica dos relatórios dos agentes de informação e repressão do SNI-PR. A maioria dos documentos e suas informações datam de 1982 (processo eleitoral), sendo este o ano privilegiado na análise dentro do recorte temporal.

A partir dos aspectos explicitados acima, adotou-se a fundamentação teórica que conceitua a ‘esquerda católica’, no contexto sócio-histórico analisado, como o polo católico brasileiro que articulou a concepção de fé cristã e a atuação política, defendendo a Teologia da Libertação e as aberturas advindas do Concílio Vaticano II, criticando o regime militar autoritário e sua Doutrina de Segurança Nacional, ligando-se aos projetos e aos representantes de partidos de esquerda (Wanderley, 2007). Dentro deste polo, existe uma ampla gama de posições político-ideológicas, por vezes bem diversas entre si, sendo constitutivas da complexa realidade leigo-elesial de esquerda.

Com base nas evidências documentais inéditas, pretende-se contribuir para o avanço de pesquisas que investigam a atuação de religiosos do interior do Paraná, ao quais foram alvo de vigilância e perseguição pelo aparato estatal da ditadura militar, no período de abertura política. O trabalho foi realizado por meio de análise e interpretação qualitativa de tipo exploratória das fontes, tendo como abordagem teórico-metodológica a perspectiva de Otto Maduro⁴, que trata o campo religioso como um produto da dinâmica dos conflitos sociais na sociedade dividida em classes (e frações de classe), com a ação religiosa limitada e orientada por tais conflitos, mas possuindo autonomia relativa sobre estes

² O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) é o portal organizado com diversos fundos abertos para consulta pública, dentre eles destacamos o do SNI em âmbito nacional. Para maiores informações acesse: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/bases-de-dados/tutoriais>

³ A vigilância do SNI sobre a atuação dos sujeitos religiosos é oriunda dos seguintes municípios: Londrina, Maringá, Guarapuava, Paranavaí, Lapa e Apucarana.

⁴ Otto Maduro (1945-2013) foi um filósofo e sociólogo venezuelano, radicado nos Estados Unidos, que propôs uma reformulação da teoria marxista da religião à luz da realidade latino-americana.

(Maduro, 1983).

O objetivo geral deste artigo foi compreender criticamente as expressões político-ideológicas descritas, anexadas e julgadas nos relatórios dos agentes do SNI-PR sobre a esquerda católica do interior do Paraná, no período de abertura política da ditadura militar. E, para tanto, buscou-se observar o processo histórico de distensão política, associado à participação destes religiosos a partir das fontes documentais do SNI-PR, e identificar as relações da esquerda católica do interior paranaense com a Teologia da Libertação e com a Conferência de Puebla.

O trabalho está dividido em três partes: 1) Esquerda católica libertadora do Paraná; 2) Teologia da Libertação, Puebla e a esquerda católica paranaense; 3) Eleições de 1982: contradições da esquerda católica.

1 Esquerda católica libertadora do Paraná

Segundo Lowy (2016), o grande movimento social latino-americano, envolvendo setores relevantes da Igreja, organizações populares, movimentos religiosos laicos e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) -, iniciado na década de 1960, e nomeado pelo autor como Cristianismo da Libertação, constitui-se na base concreta para a formulação da Teologia da Libertação (TdL), a partir de 1970. O Brasil foi um país de destaque nas expressões desta práxis e doutrina de ordem progressista, com segmentos católicos da sociedade e a Igreja enquanto instituição tendo denunciado, sobretudo a partir de 1970, as mazelas sociais perpetradas pelo regime militar autoritário. Entende-se por Igreja popular, de acordo com Boff (1994), como aquela estruturada em rede de comunidades de base, alinhada com as classes subalternas, que a partir do povo tudo organiza e entende, com o objetivo do bem comum e da justiça social; ela é intimamente ligada a TdL e o movimento social citado, sendo a Igreja a qual a esquerda católica se vincula.

O período de distensão política (1975-1985) foi caracterizado pela transição lenta e gradual para o regime democrático, com avanços e refluxos, onde se reconhecia algum grau de legitimidade a determinadas críticas sociais,

ações e mobilizações populares, mas com contradições nesse processo (Gaspari, 2004). Os anos de 1974 e 1982 no Brasil, de acordo com Mainwaring (1989), foram caracterizados pela rápida difusão das CEBs, intensificação das práticas pastorais e da influência da esquerda católica na vida política do país; em suma, foi o período de maior desenvolvimento da Igreja popular no Brasil.

Particularmente no interior do Paraná, neste contexto de abertura política, notam-se substanciais manifestações do movimento citado e da nova doutrina teológica (TdL), com lideranças católicas, bem como leigos, engajados criticamente nas discussões sócio-políticas e econômicas da região, do país e continente, por meio de diversas organizações e movimentos populares, como nas CEBs, pastorais e catequese. As fontes desta pesquisa são os documentos produzidos pelo SNI-PR sobre tais manifestações. É importante salientar que a vertente cristã protestante também teve contribuições neste processo, porém não serão foco do presente artigo.

No documento em forma de relatório intitulado “Movimento estudantil- “momento de oração” em Londrina/PR”, o agente de informação do SNI-PR trata sobre a tentativa do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina- DCE/FUEL- de realizar, no dia 23 de agosto de 1977, um “Culto Ecumênico pelas Liberdades Democráticas” (Paraná, SNI-PR. Movimento estudantil- “momento de oração” em Londrina/PR, ACT_ACE_5843_77. 29/08/1977. Londrina/PR. 09 laudas). Porém o documento indica que o arcebispo de Londrina e Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Geraldo Fernandes, não concedeu autorização para que os padres católicos participassem do culto ecumênico (reunião de ritos de diferentes vertentes cristãs numa mesma cerimônia), alegando em entrevista que o motivo seria porque a religião é um fim, e os estudantes queriam usá-la como um meio.

A negação da autorização por Dom Geraldo Fernandes buscava impedir a articulação dos religiosos com o movimento estudantil contestatório, apontando que o arcebispo agiu de modo alinhado à ala conservadora do clero paranaense. Este conflito citado de posições político-ideológicas na hierarquia da Igreja, em que bispos e arcebispos são as maiores autoridades locais, ilustra o campo religioso em seu sentido de “terreno onde se trava a luta pelo poder

religioso enquanto objeto dos conflitos entre clérigos e leigos, por um lado, e entre as diversas categorias de clérigos, por outro lado, e sobretudo” (Maduro, 1983, p. 139). Conflitos - nas sociedades de classes com especialização do trabalho religioso - buscam, de acordo com Maduro (1983), alcançar o monopólio do exercício legítimo do poder religioso, o que confere a capacidade de definir quais ações religiosas são ou não legítimas, como a do caso citado, em que foi desqualificada.

Com a não autorização do Culto Ecumênico, estudantes decidiram alterar o caráter da manifestação, fazendo realizar um "Momento de Oração", do qual os religiosos católicos poderiam participar, independente de autorização episcopal.

Assim, na noite de 23 Ago 77, foi realizado o estado "Momento de Oração", durante um intervalo de aula, Centro de Ciências Humanas/FUEL, com a participação de ALMIR DOS SANTOS, pastor da Igreja Anglicana; do irmão marista TEÓFILO BACHA FILHO; e de, aproximadamente, 300 alunos. Na ocasião, foram distribuídos vários panfletos subversivos (Paraná, SNI-PR. Movimento estudantil- “momento de oração” em Londrina/PR, ACT_ACE_5843_77, 29/08/1977, laudas 08-09- grifos originais).

Para driblar essa obstrução, como demonstra o documento, os estudantes realizaram o “Momento de Oração”, no qual entregaram três panfletos chamados de subversivos pelos agentes de informação, os quais se encontram anexados no relatório: “Nosso Momento de Oração”; “Momento de Oração da Comunidade Estudantil”; e a letra da música “Cálice” de Chico Buarque e Gilberto Gil. O primeiro panfleto diz:

Nós estudantes da F.U.E.L., incorporados com os demais colegas do nosso país neste DIA NACIONAL DE LUTA, firmamos as seguintes posições:

- contra as prisões arbitrárias e violentas;
- contra as perseguições de todos aqueles que se levantam contra as péssimas condições de vida, a que é submetida a imensa maioria da população brasileira;
- contra a total ausência de liberdades democráticas. [...] (Paraná, SNI-PR. Movimento estudantil- “momento de oração” em Londrina/PR, ACT_ACE_5843_77, 29/08/1977, lauda 05).

O panfleto transcrito foi uma clara denúncia aos desmandos da ditadura militar com relação às perseguições e ao sufocamento das vozes contestatórias, uma defesa da volta democrática no país, e, por isso, é considerado pejorativamente como subversivo pelo agente de informação. As articulações de parte dos religiosos católicos com movimentos críticos e de mobilização popular, como esse estudantil, eram percebidas como algo perturbador pela comunidade

de informações do SNI-PR.

O documento a seguir refere-se a uma vigilância sobre o padre Natalício José Weschenfelder, por escrever um artigo publicado no jornal *Folha de Londrina*, em 15 de junho de 1980, intitulado “15 autoridades brasileiras com bilhões nos Bancos da Suíça”, no qual comenta a notícia do jornal *Hora do Povo*, n. 36, a respeito de depósitos realizados por autoridades brasileiras no banco da Suíça, somando ao todo mais de um trilhão de cruzeiros. (Paraná, SNI-PR. Atividades do padre Natalício José Weschenfelder, ACT_ACE_525_80, 03/07/1980, 04 laudas.). Estas autoridades brasileiras foram citadas nominalmente, compondo uma lista em que estão ex-presidentes, ministros, presidente do Banco Central, general, como, por exemplo, o ex-presidente Geisel, o general Golbery do Couto e Silva, o ex-presidente Médici, dentre outros. No artigo, que consta em anexo no relatório, o clérigo tece críticas às desigualdades econômicas da sociedade brasileira e à Lei de Segurança Nacional (LSN):

“Em vez de apurar os fatos o jornal “Hora do Povo” foi apreendido e os responsáveis de HP podem ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por terem publicado estas verdades”

“O Brasil é o quarto país em depósitos bancários na Suíça, quando a inflação neste ano chega a 85%. Tudo isso faz tremer o homem mais insensível, pois quantas verbas faltam para os hospitais, casas de saúde, escolas, e alguns ostentam bilhões em contas bancárias secretas de outro país. A situação exige uma resposta do povo brasileiro e uma administração que moralize as contas públicas e que o dinheiro do povo seja bem administrado” (Paraná, SNI-PR. Atividades do padre Natalício José Weschenfelder, ACT_ACE_525_80, 03/07/1980, lauda 01).

O agente responsável informa que o padre Natalício J. Weschenfelder é prontuariado na agência de Curitiba com registros negativos, como pela sua atuação para a resolução de problemas sobre a exploração dos recursos naturais em áreas indígenas, por suas entrevistas e seus artigos. Assim, é possível perceber a proeminência histórica do padre Natalício, pertencente à esquerda católica paranaense, criticando a concentração de riqueza na mão de poucos no Brasil, pelos sujeitos poderosos econômica e politicamente, que foram citados nominalmente, o que demonstra o caráter repressivo e autoritário da LSN, dentre outras.

Outro relatório volta a atenção para o bispo de Guarapuava, Frederico Helmhel, também prontuariado na agência (Paraná, SNI-PR. Frederico Helmhel-

bispo da Diocese de Guarapuava/PR, ACT_ACE_1474_81, 05/10/1981, 02 laudas.). Um dos destaques das atividades do religioso indica que, em 1979, com a realização da Assembleia Geral do Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o nominado, juntamente com outros bispos do Paraná, emitiu uma nota em aprovação das reivindicações salariais de toda classe trabalhadora do estado. E em 1980, lança uma “Nota da Igreja” divulgada na imprensa, na qual apoiam as reivindicações de vários movimentos e segmentos da população, as quais não foram especificadas no relatório.

A leitura do documento mencionado acima mostra não só a atuação política de um sujeito religioso isolado, mas também da estrutura institucional da Igreja. Historicamente, é um reflexo e a continuação de um processo de fortes mudanças na Igreja Católica Brasileira ao longo dos anos 1970, em que setores da Igreja ocupantes de posição elevada na hierarquia eclesial denunciaram, de forma contundente e em maior escala, os abusos perpetrados pelo regime autoritário⁵, denotando que “as relações entre a Igreja e o Estado dão inequívocos sinais de deterioração” (Konder, 1978, p. 59). Isto significa que uma parte relevante da Igreja, enquanto um conjunto estruturado de atores e instituições religiosas que alcançaram *o monopólio legítimo do poder religioso* (Maduro, 1983), se posicionou politicamente de modo disfuncional e crítico à repressão estatal da ditadura militar, como também aos interesses das classes dominantes. E a esquerda católica do interior paranaense, em específico, teve substanciais contribuições neste processo histórico.

2 Teologia da Libertação, Puebla e a esquerda católica paranaense

Segundo Garaudy (1966), três acontecimentos capitais levaram os cristãos a se esforçarem para repensar e viver a sua fé em concernência com as perspectivas do mundo moderno, o desenvolvimento acelerado das ciências e das técnicas, as revoluções socialistas, evidenciando que o capitalismo não é a única nem a melhor forma de relação social possível, e o movimento de emancipação dos povos que até então foram colonizados. Isso gerou, no âmbito epistemológico,

⁵ Destacam-se como exemplos ilustrativos os documentos “Marginalização de um Povo- grito das Igrejas” de 1973, lançado por sete bispos do Centro-Oeste, e “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” de 1977, assinado por 217 bispos, ambos contendo intensa crítica social e política.

o problema das relações entre o cristianismo e a ciência e, no campo prático, o das relações do cristão com a sociedade de seu tempo em seus múltiplos aspectos.

De acordo com o relatório do agente de informação do SNI-PR, Júlio Antônio da Silva é um pároco da Igreja Sagrado Coração de Jesus da Arquidiocese de Maringá/PR e possui ligação com o arcebispo Dom Jaime Luiz Coelho (que será focado mais adiante), da mesma cidade. Duas matérias jornalísticas do jornal *Estado do Paraná* em Maringá, as quais atenta-se o agente, são anexadas no relatório- “Padre Julinho, a visão progressista”, de 27/05/1982, e “Igreja distancia-se do governo”, de 24/06/1982, sendo constituídas de entrevistas concedidas pelo sacerdote nas respectivas datas ao jornalista Luiz Carlos Rizzo do jornal em questão. Na primeira matéria, Carlos Rizzo, em sua apresentação do entrevistado, informa que ele tem 28 anos e há três exerce o sacerdócio, sendo atualmente “uma das vozes mais críticas do clero jovem e progressista do Norte do Paraná” (Paraná, SNI-PR. Julio Antonio da Silva, ACT_ACE_2981_82, 28/05/1982, lauda 02).

Em dado momento da primeira entrevista em anexo, o religioso define o que entende por Teologia da Libertação (TdL):

Ela é a reflexão teológica voltada sobre a realidade em seus múltiplos aspectos (econômicos, políticos, sociais e culturais), aproveitando dos conhecimentos acumulados pelas ciências sociais, visando dar uma resposta de libertação ao homem oprimido. Parte de uma realidade concreta, do meio do povo, e deseja transformação social a partir da fé em Jesus Libertador. Concretamente, isso está acontecendo na vida do povo que começa a se organizar a partir das comunidades eclesiais de base (Paraná, SNI-PR. Julio Antonio da Silva, ACT_ACE_2981_82, 28/05/1982, laudas 02-03- grifos nossos).

Um dos destaques feitos pelo agente do SNI responsável é sobre o fato de o padre Júlio ser um dos principais dirigentes das CEBs em Maringá, tendo fundado, conjuntamente com outro religioso, 1200 grupos de reflexão na cidade. A TdL e as atividades das CEBs se constituem por meio de grupos de vizinhos pertencentes à mesma comunidade, favela ou zona rural que se reúnem regularmente para rezar, ler e debater a Bíblia à luz de suas existências sociais, articulando-se em lutas por moradia, terra no campo, esgoto etc. (Lowy, 2016). São alvos de preocupação dos agentes de informação porque as CEBs possuem um forte caráter democrático, no sentido da participação popular na

administração pública, e a TdL orienta e incentiva essa participação, o que o aparato estatal da ditadura militar busca barrar.

O jornalista Luiz Carlos Rizzo, na primeira entrevista, fala sobre as frequentes perseguições sofridas pelo pároco Júlio por grupos conservadores, por meio de ameaças por telefone ou mesmo pessoalmente, em decorrência de seus posicionamentos contra a ordem política e econômica vigente. A respeito disso, o religioso diz não mais temer as eventuais retaliações por parte desses grupos: “Já me acostumei tanto com as ameaças que elas não me preocupam mais. Estou mais é preocupado em criar consciências e contribuir modestamente para a organização de nossa comunidade” (Paraná, SNI-PR. Julio Antonio da Silva, ACT_ACE_2981_82, 28/05/1982, laudas 02).

No relatório que mapeia as atividades de religiosos do Paraná e Santa Catarina, um dos principais vigiados é o arcebispo de Maringá/PR, Dom Jaime Luiz Coelho, prontuariado na comunidade de informação e chamado de progressista. Alguns recortes de matérias jornalísticas com entrevistas dadas pelo arcebispo foram anexados, como a dada ao jornal *Gazeta do Povo*, em 10/03/1982, intitulada “Bispos e eleições de 1982” (Paraná, SNI-PR. Atividades de religiosos no Paraná e em Santa Catarina, ACT_ACE_2473_82, 11/01/1982, 28 laudas.). Nesta entrevista, o arcebispo define em que sentido a política interessa à Igreja e, por conseguinte, aos seus Pastores; interessa o ensinado por Puebla⁶, o de política em seu sentido mais amplo, que é aquele voltado para o bem comum, da comunidade, sendo a política partidária o campo dos leigos.

Quando o pároco Júlio, da Arquidiocese de Maringá, é questionado sobre a questão da atuação política, ainda na primeira entrevista, delimita o que é política e em que sentido ele mesmo é político. Seu conceito do termo e da prática política se refere à união entre os cristãos para a construção de um mundo de justiça, lutando pelo bem comum, ou seja, o mesmo sentido usado pelo arcebispo de Maringá. Não por coincidência, Júlio se serve dos ensinamentos de Puebla em sua linha pastoral, defendendo que a Igreja deve orientar-se por ela. Esta noção

⁶ Refere-se a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em Puebla, México, no ano de 1979. Para mais informações, veja: *Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da Conferência de Puebla*. São Paulo, Edições Paulinas, 1979.

de política partilhada por estes religiosos da esquerda católica paranaense é negativa para os agentes de informação por preconizar a mobilização dos cristãos para lutarem pelo que lhes são de direito, com autonomia em relação a propostas de partidos com finalidades puramente “politiqueiras” e “eleitoreiras”.

Em outro documento, o agente responsável pelo relatório do SNI-PR faz um histórico dos antecedentes do então bispo diocesano de Apucarana/PR, Dom Romeu Alberti (Paraná, SNI-PR. ACT_ACE_2681_82, Dom Romeu Alberti - Bispo de Apucarana/PR, 27/05/1982, 12 laudas). Um dos destaques é uma entrevista de Alberti dada ao semanário *Voz do Paraná*, na edição de 22 a 28 de fevereiro de 1976, em que foram transcritas algumas de suas falas, como a de não ser o papel do Governo fazer julgamentos da mensagem do Evangelho dita no púlpito. Em outra passagem, é apresentado o resumo de dom Alberti sobre a Teologia da Libertação:

Teologia de um Cristo que veio salvar a humanidade toda e em todos os aspectos. O aspecto altamente positivo desta libertação é fazer com que o homem e a humanidade tenham condições de viver em plenitude, a sua comunhão. A salvação que Cristo nos traz não é apenas uma salvação que acontecerá depois desta vida, mas uma salvação que já começa nesta vida. [...] (Paraná, SNI-PR. ACT_ACE_2681_82, Dom Romeu Alberti- Bispo de Apucarana/PR, 27/05/1982, lauda 02- grifos nossos).

A concepção do arcebispo sobre a TdL, tal qual a definição do pároco Júlio Antônio da Silva, aponta para a salvação nos vários aspectos da vida humana, a saber, o social, o econômico e o político, ainda que não os cite diretamente. E essa salvação deve ocorrer primeiramente na vida terrena, indicando a articulação entre o espiritual com o temporal, que é uma conciliação característica da esquerda católica (Wanderley, 2007). Tal noção teológica da salvação é enxergada como nociva pelos agentes de informação, sendo-lhes mais desejável uma ideia salvífica que não inclua a salvação terrena do ser humano, pois esta é desprovida de orientação para a participação política dos fiéis em prol de sua libertação terrena, ou seja, na vida em sociedade.

Na conclusão do relatório sobre o bispo apucaranesense, indicou-se que ele era muito ligado ao Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Sua linha político-ideológica foi julgada pelo agente, diferentemente do pároco Júlio e do arcebispo Dom Jaime, como “progressista moderado”, por se manifestar de modo

velado e evitar tomar posições comprometedoras.

O relatório seguinte trata de uma manifestação religiosa ocorrida no distrito de Água Azul no município de Lapa/PR, organizada pelas Igrejas Divino Espírito Santo e Nossa Senhora Aparecida, sendo intitulada “Caminhada do Povo de Deus” e reunindo aproximadamente 600 pessoas (Paraná, SNI-PR. Caminhada do Povo de Deus, ACT_ACE_2503_82, 04/01/1982, 03 laudas.). A manifestação foi dirigida por Tadeu Kiska, padre auxiliar na Paróquia da Lapa/PR, e Marcelo Zewe, seminarista e estudante do Seminário Santo Afonso de Aparecida/SP, natural da Lapa, que estava prestes a ser ordenado sacerdote. O relator do SNI-PR informou que Marcelo Zewe fez um histórico da vida do povo de Deus, desde Abraão até o nascimento de Jesus, comparando as condições de vida do povo daquela época com as vividas atualmente pelo povo da sociedade brasileira:

Lembrou o nascimento de Cristo, que nasceu de uma família pobre, mas não miserável como é a situação de milhares de brasileiros nos dias de hoje, devido a uma política econômica social, que dá muito para poucos e pouco para muitos.

Finalizando, conclamou a todos para uma tomada de consciência, para que descruzem os braços e partam para a luta que é a única alternativa para se mudar alguma coisa, quando ela nos é adversa.

Que os católicos brasileiros devem deixar de dizer amém a tudo a a todos e deixar de lado velhos costumes como "DEIXA COMO ESTÁ PARA VER COMO É QUE FICA".

Terminou exclamando "SE FOR PRECISO DERRAMAR NOSSO SANGUE EM PROL DA JUSTIÇA, QUE FAÇAMOS ISTO! (Paraná, SNI-PR. Caminhada do Povo de Deus, ACT_ACE_2503_82, 04/01/1982, laudas 02-03).

O aparato de vigilância e repressão dos agentes do SNI-PR buscavam quaisquer eventos religiosos, fossem caminhadas, romarias, procissões organizados por diferentes grupos ou segmentos supostamente caracterizados como subversivos no âmbito da Igreja Católica; mesmo considerando a condição interiorana da “Caminhada do Povo de Deus” vigiada e descrita pelo agente do SNI, há indicação que havia um público aproximado de fiéis de 600 pessoas, e o relato sobre o discurso do líder religioso destaca a adesão a uma perspectiva de compreensão do processo histórico enquanto resultado da ação humana inspirada na história de Jesus Cristo, filho de pessoas pobres e trabalhadoras. Tal aspecto destaca o recorte de classe social e a concepção da dialética, da luta e das contradições como parte dos processos de mudanças de que carece a estrutura

brasileira em favor da população explorada e silenciada ao longo dos séculos.

Outro documento produzido pela vigilância foi o relatório a seguir, sobre um leigo de Londrina, Odésio Franciscón, informado como sendo professor titular de economia na Universidade Estadual de Londrina, de 1970 até a presente data do documento (Paraná, SNI-PR. Odésio Franciscón, ACT_ACE_2926_82, 02/06/1982, 06 laudas.). O agente responsável destaca os seguintes dados sobre o leigo:

- É um dos líderes, em Londrina/Pr, do Movimento Cursilho da Cristandade, sendo considerado um dos mais competentes dirigentes de Cursilho no Paraná;
- É um dos defensores da Igreja Católica Progressista, defendendo a "Teologia da Libertação";
- É ligado as atividades do Movimento Familiar Cristão e Movimento da Juventude Católica (Paraná, SNI-PR. Odésio Franciscón, ACT_ACE_2926_82, 02/06/1982, lauda 02).

Como pode-se notar, as articulações de Franciscón com tais organizações cristãs e sua simpatia pela TdL são preocupantes para a comunidade de informações do SNI-PR. O caráter democrático da organização dos fiéis, de modo a refletirem criticamente sobre a realidade (social, política e econômica) em que vivem, para agirem com mais eficácia de modo a garantir seus direitos num contexto ditatorial, e uma doutrina teológica que é o produto espiritual dessa práxis são exemplos do oposto desejado pelos censores. Outro ponto destacado pelos agentes foi o de que o leigo faz frequentes críticas às medidas econômicas que o Governo Federal adota, trazendo como exemplo uma aula vigiada em que se destacou sua fala:

Em 08 de novembro de 1973.

Por ocasião da realização de uma aula de Economia, no Curso de Direito 1 período, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, no dia 07 [ilegível restante da data] o Professor ODESIO FRANCISCON que substituiu o Titular da Cadeira, dirigiu-se a classe composta de mais ou menos 80 alunos com as seguintes frases:

1- A REVOLUÇÃO É UMA MENTIRA, POIS O ATUAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL É UMA FARSA E ESTÁ LEVANDO A UM EMPOBRECIMENTO SOCIAL JAMAIS VISTO NA HISTÓRIA DO BRASIL. [...] (Paraná, SNI-PR. Odésio Franciscón, ACT_ACE_2926_82, 02/06/1982, lauda 04.)

A fala acima transcrita é destacada em letras maiúsculas pelo agente, demonstrando o quão preocupado estava com seu conteúdo. A 'revolução' que o

leigo chama de falsa é referente ao golpe de Estado em 1964, que instaurou a ditadura militar no país. Os agentes de informação estavam preocupados que a concepção defendida por eles de uma revolução em 1964 estivesse sendo negada, juntamente com críticas ao modelo econômico sob o regime autoritário.

Ademais, esta fala de Odésio denunciando o empobrecimento social corrobora com a análise da política econômica do Brasil feita por Celso Furtado no início da década de 1980, em que o estilo de desenvolvimento imposto com a industrialização possui a tendência, agravada pelo regime militar autoritário, de produzir “desigualdades sociais que se traduzem num fosso cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana” (Furtado, 1981, p. 58). Esses tipos de análises, de cunho crítico, sobre o impacto do desenvolvimento econômico vigente sobre a realidade social brasileira, são alvos de repressão e silenciamento da comunidade de informação paranaense.

3 Eleições estaduais de 1982: contradições da esquerda católica

Uma fase importante da distensão política teve início em 1979, com a reforma partidária que extinguiu o bipartidarismo vigente desde 1965 no país, então permitiu-se a criação de outros partidos com base numa nova regulamentação. Esta reforma era uma exigência fundamental da oposição ao regime autoritário, mas o governo logo tratou de manobrá-la de modo a causar o máximo de divisão dentro das forças oposicionistas, erigindo-se, assim, seis novos partidos. Este fenômeno gerou novos dilemas para a Igreja popular (Mainwaring, 1989).

Em 1982, ano de eleições estaduais, uma preocupação recorrente dos agentes do SNI-PR era com as atividades do “clero progressista” com relação à sua influência na eleição; mais exatamente, temiam que os religiosos pudessem convencer a população para votarem nos partidos de oposição ao partido governista, o Partido Democrático Social (PDS).

No relatório datado de 15 de fevereiro de 1982, o arcebispo de Maringá/PR, Dom Jaime Luiz Coelho, considerado como integrante da ala progressista da

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelos agentes, é notado como um dos principais responsáveis pelo “Caderno de Educação Política”, uma cartilha de formação política que serviu de guia aos cristãos paranaenses nas eleições do mesmo ano. Um dos destaques do relatório expõe uma parte do conteúdo da cartilha:

São indicadas na cartilha política as seguintes formas de organização popular:

- Criação de organizações comunitárias como:
- associação de bairros;
- luta por um sindicalismo combativo, de base, desatrelado dos partidos e do governo; e
- adoção do plebiscito em todos os níveis e organizações. (Paraná, SNI-PR. Atividades de religiosos no Paraná e em Santa Catarina, ACT_ ACE_ 2473_ 82, 11/01/1982, lauda 05).

O trecho da cartilha expressa as formas de organização popular dotadas de autonomia frente aos partidos políticos e governos. No fim do relatório em questão, o agente citou uma das entrevistas de Dom Jaime em anexo, publicada pelo jornal *Estado do Paraná* na edição de 13/01/1982. Destacou-se sua fala onde não critica abertamente o PDS, diz que a Igreja não abraça ideologias e programas partidários, mas ainda sim deixa transparecer que a CNBB não tem simpatia pelo partido governista, por ser o “suporte de um sistema econômico e político onde as riquezas concentram-se nas mãos de poucos, em detrimento da grande maioria da população” (Paraná, SNI-PR. Atividades de religiosos no Paraná e em Santa Catarina, ACT_ ACE_ 2473_ 82, 11/01/1982, lauda 06).

Na entrevista ao *Estado do Paraná*, intitulada “Igreja: injustiça exige mobilização”, o arcebispo comenta sobre a cartilha “Cadernos de Educação Política”. Relata que a cartilha, de responsabilidade da Regional Sul 2 da CNBB e de membros da Comissão Justiça e Paz, publicada em linguagem acessível para ser debatida nas CEBs do Paraná, foi alvo de duras críticas dos setores sociais mais conservadores. O que para ele já era esperado, por conta de a cartilha reafirmar a opção preferencial pelos pobres (prescrita por Puebla), que é incômoda à classe social (e suas frações) beneficiárias do *status quo*. Entende que a cartilha política é a ferramenta mais eficaz que o povo dispõe para se conscientizar de que não pode permanecer sendo mero objeto de manobra política, portanto reafirmando a defesa da autonomia popular, o foco na organização de base. Assim, percebe-se que Dom Jaime é uma destacada

liderança histórica da esquerda católica paranaense.

Segundo a fonte documental intitulada “Julio Antonio da Silva”, outra liderança da esquerda católica também se posiciona sobre as eleições, o pároco maringense Júlio Antônio da Silva. Em entrevista ao *Estado do Paraná*, intitulada “Padre Julinho, a visão progressista”, em 17/05/1982, Padre Júlio define as cartilhas como uma reflexão pastoral em torno da política, sendo mais precisamente uma reflexão sobre a marginalização do povo do poder, do ter e do saber, para levar a ações concretas “diante daquilo que se chama “ordem estabelecida”” (Paraná, SNI-PR. Julio Antonio da Silva, ACT_ACE_2981_82, 28/05/1982, lauda 03).

O último relatório a ser explorado a partir do arquivo do SNI-PR trata sobre a realização do IX Encontro Estadual de Justiça e Paz na cidade de Paranavaí/PR, na data de 29/05/1982, que, segundo o agente da vigilância, teve como tema central “O Cristão e a Participação Política”. Foi destacado que o evento contou com a presença de vários clérigos e leigos. Dentre eles, alguns participaram de uma mesa de honra composta por: Telson Fernandes, presidente da associação dos advogados de Paranavaí; Valentim Cescom de Mello, vereador do Legislativo Municipal; Idevan Batista Lopes, juiz de Direito e diretor do Fórum de Paranavaí; Luciano João Teixeira Xavier, presidente do encontro, advogado; Agostinho Bertoldi, vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz; D. Benjamin de Souza Gomes - bispo de Paranavaí; Atos Arami Budó, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Paranavaí; e Clemar Soares Públio, juiz de Direito da Comarca de Paranavaí (Paraná, SNI-PR.IX Encontro Estadual de Justiça e Paz- Paranavaí/PR, ACT_ACE_2959_82, 16/06/1982, 19 laudas.).

O VIII Encontro Estadual de Justiça e Paz tinha sido promovido pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz (CPJP) em 08 de novembro de 1981 na cidade de Curitiba/PR, tendo como pauta de debate o tema “Educação no Paraná- Perspectivas de Justiça e Paz”, com a participação de religiosos católicos que não foram citados (Paraná, SNI-PR. Atividade de grupos religiosos- 4.6, ACT_ACE_2598_82, 30/04/1982, lauda 02- grifo original.). Um destaque do agente responsável pelo relatório informa que tiveram como orientação um documento de base, desenvolvido pelo Centro de Assessoria e Pesquisa da CPJP,

para a análise e a discussão da educação formal e popular no Paraná. O documento de base indica que a educação formal é aquela do ensino escolar dada pelo Estado, enquanto a popular seria feita pela Igreja, por meio das CEBs, ou pelos movimentos reivindicatórios populares. Ou seja, os religiosos da esquerda católica estão diretamente ligados com a educação popular por meio das CEBs, que é o tipo educacional visto como negativo pelos agentes de informação, pois, no contexto das eleições de 1982, os católicos foram orientados politicamente por meio do uso das cartilhas políticas, sendo o temor principal dos agentes que os fiéis fossem orientados a votar contra o partido governista.

Retomando a discussão sobre o IX Encontro Estadual de Justiça e Paz, o relatório informa que Dom Benjamin de Souza Gomes, bispo da Diocese de Paranavaí, foi um dos presentes que tiveram fala ativa. Os agentes de informação destacaram que ele afirmou que o povo está em todas as esferas, e a educação política é imprescindível para votar bem, e depois leu o Caderno Político; alguns trechos deste texto foram transcritos no relatório, como este:

Assim, para a instauração e manutenção da democracia, não bastam eleições livres. É preciso ainda criar condições para que o povo se organize, seja pelo acesso a representação político-partidária, seja na expressão direta de seus anseios, pela criação de organismos comunitários, como associação de bairros, ou pelo recurso a formas de plebiscitárias de manifestações de vontade do povo. Só assim ele será capaz de dar respaldo aos que eleger, a exigir deles o cumprimento dos compromissos assumidos. [...] Ao contrário, uma massa desorganizada e insatisfeita, corre os maiores riscos de explosões irracionais e violentas, induzidas por qualquer aventureiro. Por isso, apoiar a organização do povo, e não mantê-la sob suspeitas, é decisivo para preservar a racionalidade do encaminhamento pacífico das mudanças que se impõem (Paraná, SNI-PR. IX Encontro Estadual de Justiça e Paz- Paranavaí/PR, ACT_ACE_2959_82, 16/06/1982, lauda 02- grifos nossos).

O texto citado lembra a distinção feita pela perspectiva teórica marxista de classe social, em que se distingue os conceitos de “massa” e “classe”, com a massa sendo caracterizada enquanto um grupo social marcado pela desorganização político-ideológica e incapaz de se autorrepresentar para a defesa de seus próprios interesses, ainda que possam compartilhar de um mesmo espaço geográfico e condições econômicas semelhantes, diferentemente da classe, que só se constitui pela organização político-ideológica (Marx, 2011). Com esta concepção, defendem a criação de condições para a organização popular para

além da via partidário-eleitoral, reafirmando a defesa da organização de base com certa autonomia ante os partidos e o governo. Mas esse tipo organizacional, ainda que possua um notável componente democrático, recebeu críticas, inclusive por teólogos da libertação. Segundo Lowy (2016), seu lado negativo seria o “basismo”, focado na mobilização da base e tendo certo nível de aversão e desconfiança à organização de tipo partidária; entretanto, a tendência dominante da crítica é voltada para a mescla de métodos e táticas diversas, evitando assim a unilateralidade da ação política.

Ao fim do relatório sobre o IX Encontro Estadual de Justiça e Paz, o agente responsável destacou nove pontos sobre as conclusões obtidas pelos religiosos, dentre as quais chamam especial atenção as duas últimas, que expressam as contradições e as características do respectivo documento católico:

- 8- Condenação de políticos que se dizem cristãos, mas que participaram da implantação do divórcio no país.
- 9- Condenação aos políticos que defendem a legalização do aborto e outras medidas que a Igreja considera como atentórias à moral e a família. (Paraná, SNI-PR. IX Encontro Estadual de Justiça e Paz-Paranavaí/PR, ACT_ACE_2959_82, 16/06/1982, lauda 05).

São chamativas as duas últimas conclusões dos religiosos por expressarem, por um lado, as contradições e os limites do seu progressismo católico e, por outro, a complexidade político-ideológica da esquerda católica. É elucidativo compreender que “a Igreja, neste campo, não se compromete com este ou aquele partido ou tendência política, mas busca fazer com que a maioria assumira os valores da “ordem cristã” na vida secular” (Romano, 1979, p.254). Ainda, no sentido de aprofundar a reflexão, o filósofo Roberto Romano indicava que:

Logo, o programa político global do episcopado não sai do horizonte capitalista: ele quer nele integrar o proletariado, garantir a propriedade, e valorizar o ser nacional, em cujo nome são válidos e dignos todos os sacrifícios exigidos. A partir do instante em que o Governo considera sem valor as declarações hierocráticas, ele se torna ilegítimo e é visto como um puro agente do capital estrangeiro. Se, ao contrário, voltar-se para a proteção do capital nacional e se garantir um nível mínimo de vida à mão-de-obra, ele poderá contar novamente com a “leal colaboração” dos bispos (Romano, 1979, p.254).

De maneira final, a esquerda católica (clérigos e leigos) pode ser contrária ao *status quo* da ditadura militar, por exemplo, ao estar ligada com a educação

popular e ao defender mecanismos de organização popular com relativa autonomia, por conta de as eleições partidárias não serem o suficiente para a manutenção democrática em um regime autoritário, mas não o são quanto a questões morais sobre o divórcio e o aborto. Criticam as estruturas socioeconômicas da sociedade, mas não são defensores de uma revolução social com a implantação de uma sociedade organizada por outras lógicas que não a da propriedade privada.

Considerações finais

A investigação apresentada está associada aos documentos produzidos no âmbito do SNI PR sobre a ação dos católicos de esquerda (clérigos e leigos), no período da distensão política e que tratavam de eventos (religiosos e civis) públicos, articuladas com os movimentos sociais organizados na época.

Os agentes do SNI PR além de escreverem relatórios, informes e fichas para os prontuários, também coletavam materiais utilizados pelos religiosos ou militantes dos movimentos sociais, que passaram a compor o arquivo que ficava organizado em Curitiba, nesse sentido, foi possível acessar também recortes de jornais, panfletos, entrevistas dentre outros sobre os sujeitos e tema da investigação.

A atuação do SNI PR chegava nos rincões do interior e mesmo em pequenas comunidades (capelas católicas e ou distritos) os agentes registraram, descreveram e julgavam taxando os religiosos observados como “subversivos”, sempre dentro do espectro da DSN.

As fontes documentais revelaram, a partir dos registros dos agentes e dos materiais coletados por eles, que a esquerda católica paranaense se posicionou em favor da abertura política e estimulava a população (seja nas paróquias ou nas CEBs) a desenvolver seu protagonismo histórico e político, enquanto articulação com os movimentos sociais e ou no processo eleitoral de 1982 (após a reforma partidária). Por último, foi possível evidenciar que havia uma conexão entre a atuação católica de esquerda e os documentos produzidos pelas Conferências Episcopais Latino-americanas, de maneira especial, sob o prisma da Teologia da

Libertação e de Puebla no México.

Aos agentes do SNI PR, a opção preferencial pelos pobres e o trabalho decorrente - dos sujeitos (clérigos e leigos) da esquerda católica paranaense -, tratava-se de uma perspectiva que não respeitava a ordem, bem como, o regime mantenedor do *status quo* – defendido por eles em seu trabalho de espionagem, controle social de viés autoritário e as formas de silenciamento dos interesses da maior parte da população paranaense e brasileira.

Por fim, para produção acadêmica (Humanas, Sociais, Teológica e da Ciência das Religiões) é possível afirmar que as contribuições bibliográficas existentes estão em consonância com os dados da realidade emergentes do arquivo do SNI PR sobre a atuação religiosa de clérigos e leigos católicos paranaenses, haja visto que as demandas populares estavam associadas com a difusão das CEBs, que estimulava práticas pastorais e permitia disseminações da esquerda católica pelo país.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GARAUDY, Roger. **Do Anátema ao Diálogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. **Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo, Edições Paulinas, 1979.
- III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. México: Puebla, 1979.
Disponível em:
http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 03 de mar. de 2024.
- KONDER, L. Marxismo e cristianismo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 6, pp. 57-65, 1978.
- LOWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação?** religião e política na América Latina. 2. ed- São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PARANÁ, **SNI-PR**. Julio Antonio da Silva, ACT_ACE_2981_82. 28/05/1982, 5 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Odésio Franciscan, ACT_ACE_2926_82, 02/06/1982, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. IX Encontro Estadual de Justiça e Paz- Paranaíba/PR, ACT_ACE_2959_82. 16/06/1982, 19 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Caminhada do Povo de Deus, ACT_ACE_2503_82, 04/01/1982, 03 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Movimento estudantil- “momento de oração” em Londrina/PR, ACT_ACE_5843_77, 29/08/1977, Londrina/PR. 09 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Atividades de religiosos no Paraná e em Santa Catarina, ACT_ACE_2473_82, 11/01/1982, 28 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Dom Romeu Alberti- Bispo de Apucarana/PR, ACT_ACE_2681_82 27/05/1982, 12 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Frederico Helmel- bispo da Diocese de Guarapuava/PR, ACT_ACE_1474_81, 05/10/1981, 02 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Atividade de grupos religiosos- 4.6, ACT_ACE_2598_82, 30/04/1982, 10 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, **SNI-PR**. Atividades do padre Natalício José Weschenfelder, ACT_ACE_525_80, 03/07/1980, 04 laudas (NDPH-UEL).

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Democracia e Igreja popular**. São Paulo: Educ, 2007.